

Juventudes, Capitalismos e Processos de Subjetivações ¹

Maria Theresa da Costa Barros ²

1- Introdução

É de conhecimento de todos, as últimas declarações do governador do estado do Rio de Janeiro, que resultaram nas seguintes manchetes: *“Cabral defende aborto para reduzir crimes. Governador compara natalidade na Rocinha com o padrão na África e diz que **isso é uma fábrica de produzir marginais**”*. ³ Se tivéssemos lido apenas esta frase destacada pelos noticiários, *“isso é uma fábrica de produzir marginais”*, poderíamos até imaginar que tivesse sido realizada uma apropriação indébita do conceito psicanalítico da segunda tópica freudiana, o “isso”, para colocá-lo como pivô da criminalidade urbana.

No entanto, ainda que o tom possa ser irônico, a questão é séria e preocupante, especialmente se prosseguimos em nossa análise dos discursos pronunciados recentemente pelas autoridades políticas. Nesta mesma edição do Jornal Globo, que estampava a manchete sobre o aborto como política de segurança pública, em uma outra coluna na mesma página, comentava-se as justificativas e explicações, apresentadas pelo secretário de segurança pública, José Beltrame, que havia declarado que devido à densidade demográfica, um tiro em Copacabana é diferente de um disparo em áreas como a favela da Coréia, onde na semana anterior a estas declarações, foram mortos: um menino, um policial e dez suspeitos, durante uma operação de combate ao tráfico. Tais declarações foram endossadas pelo atual Ministro da Defesa, Nelson Jobim que na mesma matéria afirma:

*“As ações que o governador está implementando são corretas. Não há mais que se falar naquela **postura meditativa e acadêmica do tratamento do crime**”*

¹ Trabalho apresentado na Jornada Interna do Espaço Brasileiro de estudos Psicanalíticos em 10 de novembro de 2007.

² Psicanalista, Doutora em Saúde Coletiva pelo **Instituto de Medicina Social da UERJ**, Membro do **Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos**, EBEP, Pós-Doutoranda pelo IMS/UERJ, realiza pesquisa ao nível de pós-doutorado, no Instituto de Medicina Social da UERJ, sob orientação do Psicanalista e Professor Joel Birman, sobre as “Relações entre Violência, Juventude e Feminilidade”.

³ Baseado no trabalho do economista Steven Levitt (Freakonomics) para defender o aborto como política de segurança pública Jornal Globo, quinta-feira, 25 de outubro de 2007, p. 29.

organizado. *Tem que ir para o confronto. E o governador está correto. A leniência e o afastamento do enfrentamento do problema levaram à situação em que o Rio se encontra. A posição do governador é correta.”*⁴

Este discurso visa validar a política da truculência e, ao mesmo tempo, despotencializar as contribuições acadêmicas. Em sua maioria, os estudos e as pesquisas visam, justamente informar a concepção de políticas públicas para encaminhamento de propostas no sentido de gerar soluções para os graves problemas que afligem a vida da Nação e de todos nós, brasileiros, como é o caso da violência urbana que só fez intensificar-se, nos últimos vinte anos, na cidade do Rio de Janeiro.

Em relação à problemática da violência, o discurso psicanalítico, em particular o pensamento freudiano apresenta uma posição bastante clara. Em seu ensaio, “**Por que a guerra?**”⁵, Freud retoma o que já tinha avançado nos ensaios anteriores, mas nele inscrevendo o novo dualismo pulsional dos anos vinte, a oposição entre pulsão de vida e pulsão de morte introduzida em “Além do princípio do prazer”. E, nesse contexto Freud irá inscrever ainda, em seu discurso, as conseqüências desta virada para os registros do psíquico, do social e do cultural, desenvolvido em o “Mal Estar na Civilização.”⁶ Será então, este novo dualismo pulsional, que irá orientar o questionamento freudiano ao sujeito da violência e da guerra.

Segundo Birman, há um reconhecimento por parte de Freud de que a história humana é marcada pela oposição entre guerra e paz, que são variações que atravessam nossa história e a modulam. Logo, as idéias de uma paz perpétua tais como foram apresentadas por Kant, no contexto das Luzes, como signo mais importante da maioria da razão, não possuiriam mais nenhum fundamento. Neste sentido, Freud não é um pacifista, pois apesar de pretender que a paz exista, a guerra é uma possibilidade sempre presente no horizonte

⁴ Idem, idem.

⁵ FREUD, Sigmund. Por qué la guerra? (1933[1932]) *In Obras Completas* Vol. XXII; Amorrortu Editores; 1989; pp. 179-198.

⁶ Apud BIRMAN, J. *Violence, Ségrégation et Formes de Subjectivation*. (2004 - Texto Miemografado), p. 8 FREUD, S. Mal Estar na Civilização (1930[1929]) *In Obras Completas*. Vol. XXI; Amorrortu Editores; 1989; pp. 57-140.

social e histórico.⁷ Finalmente, Freud não é, nem um pouco ingênuo, politicamente falando, aliás como Einstein, fazendo uma crítica de uma leitura realista sobre Paz e Guerra. A oscilação entre estes dois pólos, seria regulada no registro do psíquico pelas relações entre pulsão de vida e pulsão de morte. Será este novo dualismo pulsional que constitui o fundamento dos enunciados presentes nos escritos de 1913 e 1915, portanto sobre a violência e a guerra. Serão assim as relações entre as duas modalidades de pulsão que esboçariam as condições de possibilidade de guerra e de paz, fundando assim o tempo da medida e aquele da desmedida. Com isso, o autor conclui que as duas modalidades de pulsão estariam sempre lá, tal como a guerra em tempos de paz, em proporções e arranjos diferentes de relação. Não haveria por consequência, nenhuma concepção moralista sobre a guerra e a paz. Nem sobre o bem e o mal, quer dizer sobre o amor e a destruição. Em efeito, as duas modalidades de pulsão agiriam no psiquismo sem interrupção, seja isso de maneira estridente ou silenciosa, misturadas ou separadas, porém sempre em proporções diferentes, figurando as diversas cenas da guerra e da paz. Logo, teríamos medida e desmedida como as resultantes maiores, tanto no registro psíquico quanto naquele das relações intersubjetivas.⁸

Vamos olhar agora, para a atualidade da problemática da violência, especialmente para essa situação vergonhosa com a qual estamos convivendo, atualmente, que é uma política de extermínio dos jovens, a qual denominamos de **“o mal estar das juventudes brasileiras segregadas”**⁹, devido ao alto índice de mortes de jovens na faixa entre 15 e 24 anos de idade, no Rio de Janeiro. Diante de uma situação tão grave, torna-se urgente pensarmos a respeito do significado deste acontecimento na vida da nossa cidade, para podermos transformar essa realidade, causa de tanta dor e sofrimento. Assim em trabalho apresentado recentemente, no Colóquio de São Paulo, falávamos que é imperativo reformular as políticas de segurança pública urbana e social, para que os **‘efeitos perversos’** na **‘gestão dos riscos de reprodução social’** sejam

⁷ Apud BIRMAN, J. *Violence, Ségrégation et Formes de Subjectivation*. (2004 - Texto Miemografado), p. 8 FREUD, S. Mal Estar na Civilização (1930[1929]) *In Obras Completas*. Vol. XXI; Amorrortu Editores; 1989; pp. 57-140.

⁸ Idem, idem.

transformados, pois as políticas atuais só têm acentuado um crescimento da violência e das desigualdades sociais.¹⁰

2- O Capitalismo Primitivo

Nesse debate sobre a questão da criminalidade encontramos uma expressão clássica, cunhada na Inglaterra na primeira metade do século XIX – “Classes Perigosas”, “*Dangerous Classes*”. Esta expressão surge junto com Revolução Industrial, que dispunha, segundo a denominação de Marx¹¹, de um exército industrial de reserva de proporções extremas. Segundo Guimarães, a questão da miséria urbana como causa fundamental da criminalidade no entanto, só foi evidenciada em 1845, com a publicação da inovadora obra de Frederick Engels, “**A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**”.

No debate em torno dessas questões, o autor chama atenção, para que não sejam confundidas as categorias de lumpemproletariado com outras que correspondem à definição de comunidade de moradores de baixa renda, como é o caso dos moradores das favelas¹², nas palavras do autor:

*“Emprestar a conceitos tais como os de classes perigosas ou de lumpemproletariado a mesma significação de favelados será incorrer no mesmo erro daqueles que estendem a designação de **marginais**¹³ a todos os membros das classes pobres, com todas as implicações que lhes são atribuídas pelos prosélitos das variadas feições da ‘teoria’ da marginalidade”.*¹⁴

O confronto entre os acontecimentos registrados pela história do século XIX e das duas últimas décadas do século XX¹⁵, ficou evidenciado na tese de doutorado publicada pelo chefe do Departamento de Estudos Gerais da Escola de

⁹ **BARROS**, Maria Theresa da Costa. “O Mal-estar das Juventudes Brasileiras segregadas”. Tema apresentado na **VI Jornada - Segregações** do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos em Maio de 2007.

¹⁰ **BARROS**, Maria Theresa da Costa. “Feminilidade e Violência: Uma Questão Atual”. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional sobre **Atualidade das Perversões**, realizado em São Paulo, de 24 a 26 de agosto de 2007, aprovado para publicação.

¹¹ **GUIMARÃES**, Alberto Passos. **As Classes Perigosas. Banditismo Urbano e Rural**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981, p. 1.

¹² Idem, idem, p. 8.

¹³ Grifo do autor.

¹⁴ Idem, idem.

¹⁵ Décadas de 70 e 80.

Polícia da Inglaterra intitulada, “**Crime e Sociedade no Século XIX**”, na qual tece o seguinte comentário:

*“Quem quer que tenha estudado o crime na primeira metade do século XIX, ficará impressionado pelas muitas semelhanças com os dias atuais. Muitas controvérsias agora correntes estavam então em voga e muitos dos pontos de vista ditos modernos foram colocados antes. Realmente na maior parte do tempo entre 1815 e 1850, a Nação estava, assim como hoje, falando ansiosamente acerca da intensificação do crime, especialmente entre os jovens, e ficava imaginando o que deveria ser feito (...).”*¹⁶

Como podemos perceber, no que diz respeito às juventudes e sua participação nas denominadas classes perigosas, a questão não é nova. Guimarães afirma que é notório, desde os começos do século XIX, essa participação de jovens e crianças na classe criminosa, além de mulheres e homens também, é claro. Por exemplo, ele menciona dados das prisões inglesas da época, a prisão de Newgate, onde havia internos com menos de vinte anos¹⁷. Em 1876, estima-se que havia trinta mil crianças abandonadas nas ruas de Londres, todas com menos de dezesseis anos. Alguns romances da época, como *Oliver Twist* de Charles Dickens, denunciam a grave situação da infância e juventude, como participante e vítima da instauração da indústria inglesa. Segundo o autor, a face cruel de todos esses cem anos, era a prática generalizada do infanticídio, que ia desde o aborto exercido em larga escala, passando pelo abandono dos recém nascidos às portas de residências, até o infanticídio propriamente dito sob as suas mais variadas formas. No século XVIII, era comum ver-se corpos de crianças colocados em monturos que se espalhavam por toda Londres e outras grandes cidades.

Portanto o mínimo que podemos afirmar é que o ingresso das crianças e dos jovens nas denominadas “classes perigosas” remonta aos tempos do capitalismo primitivo, sendo uma das conseqüências da transição e implantação deste novo sistema econômico. Apesar de todas as mudanças ocorridas, desde essa época até os tempos atuais, o capitalismo gera, indubitavelmente, um modo de vida que porta em elemento irracional. Segundo análise realizada por Max

¹⁶ Idem, idem, p. 27.

¹⁷ Em 1816, havia em Newgate, 14 internos com menos de vinte anos; 284 com dezessete anos; 51 com menos de quatorze e 1 de nove anos. Em 1828, havia 300 rapazes de dezesseis anos de idade; 2 crianças de oito anos de idade; 2 outras com nove anos e ainda 171 com menos de

Weber na “**Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**”¹⁸, esse elemento irracional do modo de vida capitalista é, dar ao lucro o lugar de um valor absoluto e sagrado, em sua economia, é a única coisa que realmente importa neste modo de vida, pouco importando se para isso for necessário sacrificar outros valores, como por exemplo, o valor sagrado da vida humana.

3- Uma Concha Enrijecida Que Se Desmancha No Ar

Em “**A Cultura do Novo Capitalismo**”, Sennett afirma que segundo os críticos de Marx, este teria entendido errado a história do capitalismo: seu equívoco teria sido acreditar, justamente, numa constante destruição criativa¹⁹. Segundo estes críticos, o sistema capitalista logo teria se ossificado numa concha enrijecida²⁰, a qual só veio a ser rompida atualmente. Sennett afirma concordar, com esse tipo de visão do passado, porém diferindo um pouco dos entusiastas da página nova. Em seu entender, o capitalismo primitivo, do qual falávamos a pouco através dos estudos de Guimarães, pode ser descrito da seguinte forma:

*“As fábricas do início do século XIX certamente associavam uma rotina embotadora à instabilidade do emprego; não só os trabalhadores careciam de força e proteção, como as próprias empresas freqüentemente eram mal estruturadas, estando portanto expostas, a um súbito colapso. Existe uma estimativa de que, na Londres de 1850, 40% dos trabalhadores fisicamente capazes estavam desempregados; o índice de falências de novas empresas superava 70%. Na década de 1850, a maioria das empresas não publicava os dados relativos a suas atividades, se é que chegava a reuni-los, e os métodos de contabilidade costumavam reduzir-se a simples declarações de lucros e perdas. Até o fim do século XIX, a operação de todo o ciclo de negócios não era entendida de um ponto de vista estatístico. Eram esses os tipos de dados que Marx tinha em mente ao descrever a instabilidade material e mental da ordem industrial”.*²¹

quatorze anos In **GUIMARÃES**, Alberto Passos. **As Classes Perigosas. Banditismo Urbano e Rural**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981, p. 30.

¹⁸ **WEBER**, Max **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo, 13^o. edição, Pioneira, 1999, p. 34-36.

¹⁹ A palavra capitalismo propriamente seria uma invenção posterior do sociólogo Werner Sombart in **SENNETT**, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 26.

²⁰ Idem, idem, p. 26.

²¹ Idem, idem, pp. 26-27.

Num período de cem anos, da década de 1860 a 1970, as corporações aprenderam a arte da estabilidade. Porém, não foi o livre mercado que promoveu essa mudança estabilizadora, os negócios foram salvos da revolução pela aplicação de modelos militares de organização. Nesse sentido devemos a Max Weber a análise da militarização da sociedade civil no fim do século XIX – corporações funcionando cada vez mais como exércitos, nos quais todos tinham seu lugar e cada lugar, uma função definida.²²

O tempo está no cerne desse capitalismo social militarizado: um tempo de longo prazo, cumulativo e sobretudo previsível. Uma tal imposição burocrática afetava tanto as regulações institucionais quanto aos indivíduos. Esse tempo racionalizado era responsável, em grande parte, pela possibilidade dos indivíduos tomarem suas vidas como narrativas – não tanto daquilo que iria necessariamente acontecer, mas pelo menos, de como as coisas deveriam acontecer na ordem da experiência. Em relação a uma carreira, podia-se definir como deveriam ser as suas etapas, relacionando um longo percurso de prestação de serviços numa empresa a passos específicos de acumulação de riqueza. Não restam dúvidas, de que no fluxo do mundo real, especialmente no fluxo do ciclo de negócios, a realidade não obedecia, propriamente, a um plano, mas sem sombras de dúvidas a possibilidade de planejar definia o reino da ação e do poder individuais. Esse tempo racionalizado afetava profundamente a vida subjetiva.

Existe uma palavra alemã – *Bildung*²³, que designa esse processo de formação pessoal que prepara o jovem para o encaminhamento de toda uma vida. Se no século XIX *Bildung* adquiriu contornos institucionais, no século XX os resultados tornaram-se concretos, por exemplo nas corporações francesas, a análise de Crozier sobre o *Bildung* tratava a escada como objeto da imaginação, organizando o entendimento do indivíduo a seu próprio respeito – é possível subir, descer ou permanecer estagnado, mas haverá sempre um degrau onde pisar. A tese da página nova sustenta que as instituições que permitiram essas idéias a respeito da narrativa de vida, hoje, se “desmancharam no ar”. A militarização do tempo social se desintegrou. Hoje em dia, o modelo da

²² MAX, Weber. *Economy and Society* (Economia e Sociedade, Brasília, Editora da UnB, 1991), [Berkeley: University of Califórnia Press, 1978], 2:1156 In SENNETT, Richard. A cultura do novo capitalismo. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 27.

militarização do tempo social, talvez, esteja sendo substituído pelo modelo das guerrilhas urbanas, que ao invés das práticas disciplinares envolve novas modalidades de controle.

4- Das Sociedades Disciplinares às Sociedades de Controle

Foucault situa as *sociedades disciplinares* nos séculos XVIII e XIX e, marca o seu apogeu no início do século XX. Para ele as sociedades disciplinares procedem à organização dos grandes meios de confinamento pelos quais passa o indivíduo: primeiro a família, depois a escola, em seguida a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que se constitui como o meio de confinamento por excelência.²⁴ Segundo Deleuze, Foucault analisou muito bem o “projeto ideal” dos meios de confinamento, visível especialmente na fábrica: concentrar, distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares. Foucault, entretanto, não desconhecia a brevidade desse modelo que sucedia às sociedades de soberania cujo objetivo e funções foram completamente diferentes: “açambarcar, mais do que organizar a produção, decidir sobre a morte mais do que gerir a vida”²⁵. Era portanto previsível que houvesse também uma crise das disciplinas, em favor das novas forças que se precipitaram depois da Segunda Guerra mundial, forças que definiram: “sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser”.²⁶

Desde então, encontramos-nos em meio a uma crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família, todas essas instituições estão condenadas, estão com prazo de validade vencido. Trata-se apenas de gerir a agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas

²³ SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 30.

²⁴ DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum Sobre As Sociedades de Controle* In **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 219.

²⁵ Idem, idem.

²⁶ Idem, idem, p.220.

forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares.²⁷

Segundo Deleuze, é fácil estabelecer uma correspondência entre cada sociedade e certos tipos de máquina, “não porque as máquinas sejam determinantes, mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las.”²⁸ Por exemplo, as antigas soberanias manejavam máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios; no caso das sociedades disciplinares recentes, seus equipamentos estavam circunscritos à máquinas energéticas, que apresentavam o perigo passivo da entropia e o ativo da sabotagem; as sociedades de controle operam através de máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e, o ativo a pirataria e a introdução de vírus. Logo, pode-se constatar que não se trata apenas de uma evolução tecnológica, e, sim de uma mutação do capitalismo. Para Deleuze esta mutação é bem conhecida e pode ser resumida da seguinte maneira:

O capitalismo do século XIX se constituiu como um capitalismo de concentração, para a produção, e de propriedade. Assim, erigiu a fábrica como meio de confinamento por excelência. O capitalista torna-se o proprietário dos meios de produção, e, eventualmente de outros espaços concebidos por analogia (a casa familiar do operário, a escola). O mercado é conquistado seja por especialização, seja por colonização, seja pela redução dos custos de produção. O capitalismo, atualmente, não está mais dirigido para a produção, que foi relegada para a periferia do Terceiro Mundo, mesmo sob as formas complexas do têxtil, da metalurgia ou do petróleo. O capitalismo agora, é um capitalismo de sobre-produção. Ele não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados, ao contrário, compra produtos acabados ou vende peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações. Ao invés de um capitalismo dirigido para produção, voltou-se para o produto, isto é para a venda ou para o mercado. Dessa maneira, foi obrigado a tornar-se completamente dispersivo e, a empresa veio a substituir a fábrica. Nesse novo

²⁷ Controle é um nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro *In Post-Scriptum Sobre As Sociedades de Controle* **IN DELEUZE, Gilles. Conversações.** Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 220.

²⁸ *Idem, idem, p. 223.*

capitalismo, as antigas instituições responsáveis pelo confinamento e pela disciplina deixaram de ser espaços analógicos distintos que convergiam para um proprietário, Estado ou potência privada, passando a ser agora figuras cifradas, deformáveis e transformáveis, de uma mesma empresa que só possui gerentes.

O instrumento de controle social que forja a raça dos novos senhores é o marketing. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, porém contínuo e ilimitado, enquanto a disciplina era de longa duração, infinita mas descontínua. Em lugar do homem confinado, temos agora o homem endividado. A que pesem todas essas crises e mudanças, o capitalismo manteve um núcleo duro e inalterado: “a permanência de três quartos da humanidade na miséria, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá de enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e das favelas”²⁹. Se a explosão dos guetos e favelas é um índice da instalação da nova sociedade de controle, podemos afirmar que esta nova modalidade de sociedade já se encontra, plenamente, em vigor na metrópole do Rio de Janeiro.

5- Os Germens dos Novos Processos de Subjetivações

Quando Foucault se debruçou sobre as formações históricas elas só apresentavam interesse porque marcavam de onde nós viemos, aquilo que nos cercava, aquilo com que estamos em vias de romper para poder encontrar novas relações que nos expressem. Por isso, Deleuze faz questão de sublinhar que, o que interessa realmente é, a nossa relação atual com a loucura, com as punições, com o poder e com a sexualidade. Logo, nossa questão não se coloca propriamente em relação aos gregos, mas sim, em relação aos processos de subjetivação que estão se desenvolvendo hoje. Em seu entender, pensar é sempre experimentar, não interpretar, mas experimentar – e, a experimentação é sempre o atual, o nascente, o novo, o que está em vias de se fazer.

Longe de ter sido um retorno teórico ao sujeito, para Foucault, a subjetivação implica na prática de um outro modo de vida, de um novo estilo, nas palavras de Deleuze:

²⁹ **DELEUZE**, Gilles. *Post-Scriptum Sobre As Sociedades de Controle In Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 224.

“Isso não se faz dentro da cabeça: mas hoje, onde será que aparecem os germes de um novo modo de existência, comunitário ou individual, e em mim, será que existem tais germes? Com certeza é preciso interrogar os gregos, mas apenas porque foram eles, segundo Foucault, que inventaram essa noção, essa prática do modo de vida... Houve uma experiência grega, experiências cristãs, etc., mas não são os gregos nem os cristãos que farão a experiência por nós, hoje”³⁰.

A pergunta que queremos fazer, diz respeito às relações entre juventudes, capitalismo e processos de subjetivações: que novos processos de subjetivações podem estar em germen, nessa cultura da violência urbana em que foi transformada a cultura metropolitana, do Rio de Janeiro, nesses últimos vinte anos?

Em nossa **VI Jornada – Segregações**, quando discutimos sobre “o mal estar das juventudes brasileiras segregadas”³¹, havíamos nos colocado esta mesma questão, quando pensamos que era possível fazer uma leitura da diferença nos índices de natalidade, e tomamos como exemplo, justamente, a população das crianças de 0 a 6 anos da Rocinha, que comparada com a mesma população das áreas da Zona Sul, Tijuca e adjacências, era simplesmente o dobro. Fizemos uma leitura dessa diferença de natalidade como formas de resistência das camadas populares frente ao genocídio que vem sendo praticado contra a sua população jovem. Diante das últimas declarações do atual governador, pensamos que essa hipótese está muito próxima de ter se tornado verossímil.

Toda essa discussão e os debates que se seguiram, inclusive o fato de ter tomado conhecimento das pesquisas desenvolvidas em São Paulo sobre Projetos de Vida dos Jovens, tudo isso me conduziu a uma reformulação do foco de nossa pesquisa de campo sobre as relações entre Juventude, Violência e Feminilidade. Pensamos que diante do atual quadro de violência que a sociedade contemporânea impõe aos jovens, particularmente aqueles moradores das favelas, a produção de novos processos de subjetivações tem sido uma forma de resistência possível. O alto índice de natalidade das áreas de grande

³⁰ **DELEUZE**, Gilles. Um Retrato de Foucault. Entrevista a Claire parnet, 1986 *In Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 132.

³¹ **BARROS**, Maria Theresa da Costa. “**O Mal-estar das Juventudes brasileiras segregadas**”. Tema apresentado na **VI Jornada - Segregações** do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos em Maio de 2007

concentração de pobreza, que certamente, estão incluídas entre os três quartos da humanidade que o capitalismo mantém na miséria, demonstra que essas áreas apresentam como seu produto principal, novas vidas que chegam em sua condição de desamparo absoluto, e, por isso mesmo, portadoras de um potencial de transformação, como nos fala o poeta João Cabral de Mello Neto em “**Morte e Vida Severina**”: “é bela porque com o novo, todo velho contagia, é bela porque corrompe, com sangue novo a anemia, enfraquece a miséria, com vida nova e sadia ...” Por todas essas razões, decidimos dirigir nossa pesquisa de campo para os jovens entre 15 e 24 anos de idade, que sejam pais e/ou mães, e pesquisar junto a esses jovens qual a expectativa de futuro que eles apresentam, seja em relação a si mesmos, seja em relação a seus filhos. Pensamos que dessa forma será possível indagar sobre o papel que a presença da violência urbana desempenha em suas vidas cotidianas, como tais fatores interferem em relação às possibilidades de construção de expectativas de futuro, tanto individual quanto familiar.

Ao levantamos a hipótese de que os jovens entre 15 e 24 anos de idade, moradores de áreas de grande concentração de pobreza, que são pais e/ou mães, estão se opondo de forma ativa à violência que a sociedade contemporânea lhes impõe, e pesquisarmos sobre as expectativas de futuro, tanto desse grupo, quanto de jovens de classe média e alta – é um caminho possível para compreendermos esses germens de novos processos de subjetivações, representadas pelos jovens que cresceram e experimentaram no Rio de Janeiro, nessas duas últimas décadas, uma cultura da violência urbana.

No entanto, ainda uma última questão se impõe. Para podermos considerar devidamente as **dimensões política e social, enquanto eixos fundamentais para a devida compreensão da economia do dito mal-estar no registro das subjetividades**, convém examinar, o **conceito de vulnerabilidade**, no sentido de que nos fala Ribeiro. Em sua concepção, a vulnerabilidade é vista como:

“A situação de risco que veda ou bloqueia os segmentos mais fragilizados socialmente de adquirirem os recursos necessários à plena integração na sociedade que vem emergindo no Brasil desde os anos 1980, quando se inicia a crise do modelo de

*desenvolvimento caracterizado pela substituição das importações, ao mesmo tempo em que, emerge o modelo sócio-produtivo fundado nos parâmetros da revolução molecular digital e na flexibilização das relações de trabalho”.*³²

Os aludidos recursos dizem respeito a tudo aquilo que toma a forma “*tangível e intangível*” e que dotam os indivíduos, famílias e grupos das condições materiais, sociais, éticas e, poderíamos acrescentar, subjetivas, desde a nossa perspectiva enquanto psicanalistas, necessárias e indispensáveis à integração social, e mais ainda, a escapar da morte social.

Tais recursos podem ser adquiridos a partir de três esferas da sociedade: o Mercado, o Estado e a Família/Comunidade, cuja combinação surgiu ao longo do desenvolvimento das relações capitalistas em regimes de bem-estar social. O papel destes regimes é, fundamentalmente assegurar a “**gestão coletiva dos riscos da reprodução social**”, em função da mercantilização do trabalho, pretendendo por meio dessas estratégias, forjar uma legitimidade das relações sociais capitalistas.³³

Na história do capitalismo foram identificados, três regimes de risco, em decorrência da dimensão da matriz sócio-cultural, que prevalece em cada sociedade, esses regimes são:

- 1) A Gestão da Força de Trabalho
- 2) A Produção da Integração Social
- 3) A Construção da Igualdade Como Utopia Des-Mercantilizadora

Examinemos, ainda que brevemente, o segundo desses regimes de risco. No segundo tipo, “Produção da Integração Social” – denominados de Corporativos, surgidos nos países da Europa – a crise do estado de bem-estar social se coloca como a impossibilidade de poder satisfazer as necessidades inerentes às promessas de integração social. A questão subjacente à crise deste regime de bem-estar social, arma-se em torno do seguinte dilema: “*Como devolver ao Estado sua capacidade de ser o agente integrador da sociedade?*”³⁴

³² RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Coordenação) “**Identificação de Áreas Vulneráveis**”. Colaboraram na realização deste estudo Deborah Ribeiro de Carvalho (organização das informações); Paulo Renato Faria Azevedo (geoprocessamento, mapas, ilustrações); Ricardo Sierpe Vidal Silva (organização das informações). Texto Mimeografado, p. 2.

³³ Idem, idem, p.3.

³⁴ Idem, idem.

Em nossa realidade de país periférico do capitalismo podemos nos perguntar: como poderíamos pensar em devolver ao Estado uma capacidade da qual ele nunca chegou a se apropriar, ou seja, atuar como agente integrador da sociedade. Mas, apesar desse quadro sombrio dos tempos atuais, os germens de novos processos de subjetivações das juventudes brasileiras segregadas parecem mostrar que ao invés de fábrica de marginais, governador, a Rocinha, e junto com ela, todas as outras mais de trezentas favelas cariocas, se constituíram em grandes laboratórios experimentais cujo produto é, as novas formas de subjetivações das juventudes brasileiras segregadas, essas sim, governador, impossíveis de serem eliminadas, sejam quais forem os métodos de controle que, em nome da segurança pública, se pretenda lançar mão: o genocídio ou o aborto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2007.

Maria Theresa da Costa Barros

BIRMAN, Joel. *Violence, Ségrégation et Formes de Subjectivation*. (2004 - Texto Mimeografado).

DELEUZE, Gilles. Um Retrato de Foucault. Entrevista a Claire parnet, 1986 *In Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum Sobre As Sociedades de Controle In Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

FREUD, Sigmund. Por qué la guerra? (1933[1932]) *In Obras Completas* Vol. XXII; Amorrortu Editores; 1989.

GUIMARÃES, Alberto Passos **As Classes Perigosas. Banditismo Urbano e Rural**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Coordenação) “**Identificação de Áreas Vulneráveis**”. Colaboraram na realização deste estudo Deborah Ribeiro de Carvalho (organização das informações); Paulo Renato Faria Azevedo (geoprocessamento, mapas, ilustrações); Ricardo Sierpe Vidal Silva (organização das informações). Texto Mimeografado.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WEBER, Max A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo, 13^o. edição, Pioneira, 1999, p. 34-36.